



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.051.626,59	5.484.954,13
INGRESSOS	279.505.872,61	248.908.367,64
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	279.505.872,61	248.908.367,64
Ingressos Extraorçamentários	962.945,91	513.701,41
Transferências Financeiras Recebidas	277.824.614,81	247.954.197,04
Arrecadação de Outra Unidade	718.311,89	440.469,19
DESEMBOLSOS	-266.454.246,02	-243.423.413,51
Pessoal e Demais Despesas	-164.873.430,63	-165.906.680,55
Legislativo	-	-
Judiciário	-164.354.535,78	-165.471.088,64
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-36.147,94	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-482.746,91	-435.591,91
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-97.780.868,77	-73.621.552,82
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-10.902.416,86	-10.466.839,32
Outras Transferências Concedidas	-86.878.451,91	-63.154.713,50
Outros Desembolsos Operacionais	-3.799.946,62	-3.895.180,14
Dispêndios Extraorçamentários	-962.945,91	-513.701,41
Transferências Financeiras Concedidas	-2.730.008,18	-3.269.919,75
Demais Pagamentos	-106.992,53	-111.558,98
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-10.968.180,95	-10.854.873,08
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-10.968.180,95	-10.854.873,08
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.545.414,71	-10.016.287,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.422.766,24	-838.585,43
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.083.445,64	-5.369.918,95
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	74.612.927,04	79.982.845,99
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	76.696.372,68	74.612.927,04



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	296.769.506,18	253.792.789,68
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	33,89
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	33,89
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	294.387.753,41	247.963.025,88
Transferências Intragovernamentais	277.824.614,81	247.954.197,04
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	16.563.138,60	8.828,84
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.663.440,88	5.689.569,26
Reavaliação de Ativos	-	1.073.492,07
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.636.939,62	3.840.790,66
Ganhos com Desincorporação de Passivos	26.501,26	775.286,53
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	718.311,89	140.160,65
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 27/01/2022	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	718.311,89	140.160,65
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	289.153.998,87	311.265.157,98
Pessoal e Encargos	90.354.736,03	89.533.152,38
Remuneração a Pessoal	71.528.026,19	70.097.631,00
Encargos Patronais	12.031.933,22	11.552.518,63
Benefícios a Pessoal	5.226.699,49	5.846.815,18
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.568.077,13	2.036.187,57
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.877.705,80	3.468.019,02
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	36.147,94	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.841.557,86	3.468.019,02
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	85.705.872,52	89.717.221,28
Uso de Material de Consumo	304.372,91	735.492,76
Serviços	77.798.325,48	80.878.866,15
Depreciação, Amortização e Exaustão	7.603.174,13	8.102.862,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	131,90	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	131,90	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	104.759.057,71	66.577.887,74
Transferências Intragovernamentais	2.837.000,71	3.381.478,73
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	86.878.451,91	63.154.713,50
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	15.043.605,09	41.695,51
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.773.612,07	61.113.345,19
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	1.073.492,07
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	30.311,45	15.780,42
Incorporação de Passivos	489.788,76	54.877.678,68
Desincorporação de Ativos	3.253.511,86	5.146.394,02



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA
----------------	--------------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2021	2020
Tributárias	434.180,88	416.998,40
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	399.505,19	383.187,19
Contribuições	34.675,69	33.811,21
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	248.701,96	438.533,97
Premiações	2.119,20	1.897,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	246.582,76	436.636,97
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	7.615.507,31	-57.472.368,30

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	47.188.442,28	-	-	47.188.442,28
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-796.434,77	-	-	-796.434,77
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-675,00	-	-	-675,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-57.472.368,30	-	-	-57.472.368,30
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	-11.081.035,79	-	-	-11.081.035,79

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-11.081.035,79	-	-	-11.081.035,79
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-183.227,89	-	-	-183.227,89
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	520.156,20	-	-	520.156,20
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	7.615.507,31	-	-	7.615.507,31
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	-3.128.600,17	-	-	-3.128.600,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	275.128.401,04	241.854.843,83
Ordinárias	-	-	Ordinárias	270.914.375,41	215.462.014,44
Vinculadas	-	-	Vinculadas	4.214.025,63	26.392.829,39
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	3.865.470,35	3.480.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	-	-
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	348.555,28	22.912.829,39
Transferências Financeiras Recebidas	277.824.614,81	247.954.197,04	Transferências Financeiras Concedidas	2.730.008,18	3.269.919,75
Resultantes da Execução Orçamentária	277.630.207,96	247.696.079,49	Resultantes da Execução Orçamentária	1.792.364,06	2.829.450,56
Cota Recebida	277.281.626,53	193.569.841,39	Repasse Concedido	1.413.364,06	2.829.450,56
Repasse Recebido	348.581,43	54.126.238,10	Cota Devolvida	379.000,00	
Independentes da Execução Orçamentária	194.406,85	258.117,55	Independentes da Execução Orçamentária	937.644,12	440.469,19
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	141.656,45		Transferências Concedidas para Pagamento de RP	206.921,59	
Demais Transferências Recebidas	50.000,00	258.117,55	Demais Transferências Concedidas	10.732,74	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.750,40		Movimento de Saldos Patrimoniais	719.989,79	440.469,19
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	6.487.483,53	5.863.988,23	Pagamentos Extraorçamentários	4.370.243,48	14.063.340,64
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	47.958,60	160.335,54	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	18.714,08	539.352,31
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.758.267,13	4.749.482,09	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	3.281.590,96	12.898.727,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	962.945,91	513.701,41	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	962.945,91	513.701,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	718.311,89	440.469,19	Outros Pagamentos Extraorçamentários	106.992,53	111.558,98
Arrecadação de Outra Unidade	718.311,89	440.469,19	Demais Pagamentos	106.992,53	111.558,98
Saldo do Exercício Anterior	74.612.927,04	79.982.845,99	Saldo para o Exercício Seguinte	76.696.372,68	74.612.927,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	74.612.927,04	79.982.845,99	Caixa e Equivalentes de Caixa	76.696.372,68	74.612.927,04
TOTAL	358.925.025,38	333.801.031,26	TOTAL	358.925.025,38	333.801.031,26



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			275.128.401,04	275.128.401,04
TOTAL	-	-	275.128.401,04	275.128.401,04
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	66.383.614,00	-	-66.383.614,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	66.383.614,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	208.057.913,00	267.578.546,00	264.865.402,14	260.443.962,37	260.396.003,77	2.713.143,86
Pessoal e Encargos Sociais	88.309.503,00	86.417.117,00	85.532.636,74	84.795.107,99	84.795.107,99	884.480,26
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	119.748.410,00	181.161.429,00	179.332.765,40	175.648.854,38	175.600.895,78	1.828.663,60
DESPESAS DE CAPITAL	3.400.221,00	10.263.202,00	10.262.998,90	9.926.171,54	9.926.171,54	203,10
Investimentos	3.400.221,00	10.263.202,00	10.262.998,90	9.926.171,54	9.926.171,54	203,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	211.458.134,00	277.841.748,00	275.128.401,04	270.370.133,91	270.322.175,31	2.713.346,96
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	211.458.134,00	277.841.748,00	275.128.401,04	270.370.133,91	270.322.175,31	2.713.346,96
TOTAL	211.458.134,00	277.841.748,00	275.128.401,04	270.370.133,91	270.322.175,31	2.713.346,96



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 3

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	56.016,84	3.706.293,68	2.239.581,55	2.239.581,55	1.522.728,97	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	718.601,72	437.799,43	437.799,43	280.802,29	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	56.016,84	2.987.691,96	1.801.782,12	1.801.782,12	1.241.926,68	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.043.188,41	1.042.009,41	1.042.009,41	1.179,00	-
Investimentos	-	1.043.188,41	1.042.009,41	1.042.009,41	1.179,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	56.016,84	4.749.482,09	3.281.590,96	3.281.590,96	1.523.907,97	-0,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18.714,08	160.335,54	18.714,08	-	160.335,54
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.714,08	160.335,54	18.714,08	-	160.335,54
DESPESAS DE CAPITAL	8.300,00	-	-	-	8.300,00
Investimentos	8.300,00	-	-	-	8.300,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	27.014,08	160.335,54	18.714,08	-	168.635,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 1

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	89.945.716,96	86.675.853,36	PASSIVO CIRCULANTE	145.429.277,91	144.917.687,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.696.372,68	74.612.927,04	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	165.051,58	63.695,17
Créditos a Curto Prazo	10.006.896,88	11.549.274,92	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	10.006.896,88	11.549.274,92	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.300,00	90.598,02
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	500.651,20	325.824,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	2.741.796,20	187.826,80	Demais Obrigações a Curto Prazo	145.255.926,33	144.763.394,31
ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.354.960,78	47.160.798,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	145.429.277,91	144.917.687,50
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-		2021	2020
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	43.884.942,16	40.757.864,66	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	31.070.311,70	27.946.249,86	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	61.095.340,32	58.050.131,52	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-30.025.028,62	-30.103.881,66	Resultados Acumulados	-3.128.600,17	-11.081.035,79
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	7.615.507,31	-57.472.368,30
Bens Imóveis	12.814.630,46	12.811.614,80	Resultados de Exercícios Anteriores	-11.081.035,79	47.188.442,28
Bens Imóveis	15.562.012,11	15.494.441,11	Ajustes de Exercícios Anteriores	336.928,31	-797.109,77
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.747.381,65	-2.682.826,31	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-3.128.600,17	-11.081.035,79
Intangível	8.470.018,62	6.402.933,69			
Softwares	8.470.018,62	6.402.933,69			
Softwares	17.380.165,75	17.403.117,01			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-8.910.147,13	-11.000.183,32			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 27/01/2022 PAGINA 2

SUBTÍTULO 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA (SUPERIOR) - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	142.300.677,74	133.836.651,71	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.300.677,74	133.836.651,71

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	76.696.372,68	74.612.927,04	PASSIVO FINANCEIRO	4.978.096,27	4.996.083,55
ATIVO PERMANENTE	65.604.305,06	59.223.724,67	PASSIVO PERMANENTE	145.209.448,77	144.727.102,88
SALDO PATRIMONIAL	7.886.867,30	15.886.534,72			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	9.080.631,26	18.620.464,49	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	165.309.174,46	183.946.305,17
Atos Potenciais Ativos	9.080.631,26	18.620.464,49	Atos Potenciais Passivos	165.309.174,46	183.946.305,17
Garantias e Contragarantias Recebidas	8.612.905,68	14.711.549,35	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	467.725,58	3.908.915,14	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.492.541,67	1.501.922,09
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	163.816.632,79	182.444.383,08
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	9.080.631,26	18.620.464,49	TOTAL	165.309.174,46	183.946.305,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	70.496.100,09
Recursos Vinculados	1.222.176,32
Seguridade Social (Exceto Previdência)	263.812,71
Previdência Social (RPPS)	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	958.363,61
TOTAL	71.718.276,41



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Conselho Nacional de Justiça

4º Trimestre de 2021



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Sumário

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	4
Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis	4
Políticas Contábeis.....	5
Mensuração de Ativos e Passivos	5
Depreciação	5
Amortização.....	6
Ressalvas	6
Notas Explicativas.....	7
NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	7
Variações Patrimoniais Aumentativas.....	8
Variações Patrimoniais Diminutivas	9
NOTA II – Análise Patrimonial	12



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Ativo	13
Passivo	16
Patrimônio líquido	17
NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ	18
NOTA IV – Restos a Pagar	22
NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED	23
Créditos concedidos	24
Créditos recebidos	25



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DC's) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, da Lei 6.404/1976 e do Decreto 93.872/1986. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – **NBC TSP** – emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das orientações apresentadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição. Os demonstrativos analisados foram: **Balanco Patrimonial; Demonstração das Variações Patrimoniais; Balanco Orçamentário; Balanco Financeiro; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração de Fluxo de Caixa.**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Políticas Contábeis

Mensuração de Ativos e Passivos

Os critérios de avaliação seguem as NBC TSP: os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor; o imobilizado é mensurado pelo seu custo; os intangíveis são mensurados inicialmente ao custo; e os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, apropriando-se as obrigações trabalhistas pelo princípio da competência, como férias e 13º salário.

Depreciação

O CNJ adota as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 02.03.30 - Depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações principalmente em relação às regras de cálculo da vida útil, valor residual e cota de depreciação bem como a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado.

O sistema patrimonial do CNJ (GEAFIN) emite relatório com as depreciações mensais utilizando o método das cotas constantes e a Seção de Contabilidade realiza o lançamento no SIAFI, pois os sistemas não são interligados.

A depreciação de bens imóveis fica a cargo da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Ministério da Economia. O cálculo das cotas é feito por meio do Sistema SPIU-Net e lançado no SIAFI pela Coordenadoria de Contabilidade da União automaticamente todos os meses.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Amortização

Para os intangíveis, seguimos a NBC TSP 08 – Ativo Intangível.

Os bens passíveis de amortização no CNJ são as licenças de softwares. A vida útil de todos os softwares será de 5 (cinco) anos. Uma nova análise da vida útil pode ser realizada pelo Departamento de Tecnologia da Informação sempre que surgirem fatos novos que ensejam a revisão. O CNJ não possui software classificado como vida útil indefinida.

Mensalmente, o sistema patrimonial do CNJ emite relatório com a cota de amortização com a seguinte regra de cálculo:

$$\text{COTA DE AMORTIZAÇÃO MENSAL} = [(\text{CUSTO DE AQUISIÇÃO} - \text{VALOR RESIDUAL}) / \text{VIDA ÚTIL}^*] / 12$$

** Via de regra, a vida útil é de 5 anos e o valor residual é zero.*

Ademais, também ocorre o acompanhamento das licenças cuja vida útil se aproxima do fim (5 anos após o início da utilização). O setor responsável pelo controle é acionado e responde se a baixa pode ser realizada ou não.

Ressalvas



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Apesar do atual sistema patrimonial estar preparado para efetuar a reavaliação dos ativos, é necessária mobilização de pessoal para compor as comissões de reavaliação. A logística é um desafio a ser resolvido pela Administração.

Notas Explicativas

NOTA I – Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2021	2020	Análise Horizontal	Análise Vertical
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	296.769.506,18	253.792.789,68	16,9%	100,0%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	33,89	-100,0%	0,0%



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Transferências e Delegações Recebidas	294.387.753,41	247.963.025,88	18,7%	99,2%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.663.440,88	5.689.569,26	-70,8%	0,6%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	718.311,89	140.160,65	412,5%	0,2%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	289.153.998,87	311.265.157,98	-7,1%	100,0%
Pessoal e Encargos	90.354.736,03	89.533.152,38	0,9%	31,2%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.877.705,80	3.468.019,02	11,8%	1,3%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	85.705.872,52	89.717.221,28	-4,5%	29,6%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	131,90	0,00	-	0,0%
Transferências e Delegações Concedidas	104.759.057,71	66.577.887,74	57,3%	36,2%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.773.612,07	61.113.345,19	-93,8%	1,3%
Tributárias	434.180,88	416.998,40	4,1%	0,2%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	248.701,96	438.533,97	-43,3%	0,1%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	7.615.507,31	-57.472.368,30	-113,3%	-

Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA´s correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade. As três principais contas das VPA´s, conforme o quadro acima, são: Transferências e Delegações Recebidas, Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

A conta **Transferências e Delegações Recebidas** representa 99,2% do total das VPA's, totalizando R\$ 168,1 milhões. Esse valor é constituído, principalmente, por transferências intragovernamentais.

Já a conta de **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**, que representa 0,6% do total das VPA's, diminuiu 70,8% em relação ao mesmo período de 2020. Essa conta reflete valores transferidos pelo CNJ a outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada, que será tratado em tópico específico

Por último, a conta **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, com 0,2% do total das VPA's, reúne valores como multas administrativas recebidas de contratos vigentes, indenizações e restituições diversas. Essa conta apresentou uma variação de mais de 412,5% em relação ao mesmo período de 2020 e isso se deve à restituição de valor referente ao Funpresp-Jud no montante de R\$ 130 mil e devolução de crédito em folha no valor de R\$ 133 mil para correção de pagamento a maior indevidamente.

Variações Patrimoniais Diminutivas

Ao contrário das VPA's, as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's correspondem a diminuições na situação patrimonial líquida da entidade. As três principais contas dessa variação são: Pessoal e Encargos (31,2% do total), Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (29,6% do total) e Transferências e Delegações Concedidas (36,2% do total).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Na conta **Pessoal e Encargos** são registradas despesas com a remuneração de pessoal. Ela representa 31,3% do total das VPD's (R\$ 90,4 milhões). Essa conta não possui uma variação significativa ao longo dos anos, pois apenas evidencia a contratação de novos servidores e a progressão na carreira de seus atuais integrantes. Neste ano, por exemplo, aumentou apenas 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A conta **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** compreende não somente o uso de materiais para manutenção interna do expediente mas também serviços relevantes como contratos de execução continuada em áreas variadas: apoio técnico à gestão de tecnologia da informação; motoristas; copeiragem; secretariado; locação do imóvel sede do CNJ; despesas com passagens aéreas; contas de água e luz etc. Essa conta apresentou um total de R\$ 85,7 milhões, 29,6% do total das VPD's. Houve diminuição de 4,5% em relação ao ano anterior. O principal fator que contribuiu para essa diminuição é a implementação do trabalho remoto em decorrência da pandemia causada pela COVID-19.

Já a conta **Transferências e Delegações Concedidas**, que apresentou um aumento de 57,3%, totalizando R\$ 104,8 milhões no período, evidencia os repasses financeiros que o CNJ faz a outros órgãos federais via acordo ou TED. Entre os principais motivos desse aumento, podem-se citar os repasses financeiros realizados pelo CNJ em várias frente para aperfeiçoamento do Poder Judiciário:

1. Repasse no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério das Relações Exteriores e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, relativo ao Projeto BRA/18/019 - Fortalecimento do Monitoramento e da Fiscalização do Sistema Prisional e Socioeducativo.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

2. Repasse no âmbito do Projeto que tem como objetivo desenvolver subsídios (novas metodologias, estudos e ferramentas) para a promoção de inovação e a efetividade na realização da Justiça para todos, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica PNUD-CNJ BRA/20/015.
3. Projeto BRA/19/012 também com o PNUD para consolidação dos laboratórios de inovação e inteligência no âmbito do Poder Judiciário e fortalecimento das capacidades do CNJ para a produção de pesquisas relacionados à agenda 2030.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos, que representa apenas 1,3% do total das VPD's, diminuiu 93,8% em relação ao ano de 2020. A maior parte dessa conta derivada de comprovações de aplicações de recursos orçamentários descentralizados via termos de execução descentralizadas. A variação dela em nada afeta seu desempenho, pois sua queda ou elevação diz tão somente quanto dos recursos descentralizados foram comprovados pelo ente recebedor.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, apesar de não ser uma conta muito representativa dentro do conjunto de VPD's, a diminuição no pagamento a título de ressarcimentos à servidores (ajuda de custos; uso de telefones; e outros ressarcimentos) fez com que essa conta caísse 43,3% em seu total de um exercício para outro.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

NOTA II – Análise Patrimonial

Balço Patrimonial - 2021

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	89.945.716,96	86.675.853,36	PASSIVO CIRCULANTE	145.429.277,91	144.917.687,50
Caixa e Equivalentes de Caixa	76.696.372,68	74.612.927,04	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	165.051,58	63.695,17
Créditos a Curto Prazo	10.006.896,88	11.549.274,92	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	8.300,00	90.598,02
Estoques	500.651,2	325.824,60	Demais Obrigações a Curto Prazo	145.255.926,33	144.763.394,31
VPDs Pagas Antecipadamente	2.741.796,2	187.826,80			



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.354.960,78	47.160.798,35	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Imobilizado	43.884.942,16	40.757.864,66	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Intangível	8.470.018,62	6.402.933,69	Resultados Acumulados	-3.128.600,17	-11.081.035,79
TOTAL DO ATIVO	142.300.677,74	133.836.651,71	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-3.128.600,17	-11.081.035,79
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	142.300.677,74	133.836.651,71

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial.

Ativo

Caixa e Equivalentes de Caixa

Contém o saldo em caixa na Conta Única da União com o somatório dos valores em caixa e em depósitos bancários disponíveis, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade. O CNJ não gera receita diretamente, as receitas que suportam as despesas são oriundas de cotas repassadas pelo Tesouro Nacional. O saldo em Caixa se refere aos valores não utilizados até o momento.

Créditos a Curto Prazo



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Compreende os valores a receber decorrentes dos adiantamentos a pessoal. Os adiantamentos referem-se à antecipação de salários, adiantamentos de 13^º e adiantamento de férias e outros tipos de adiantamentos. Essa conta apresenta R\$ 10 milhões (7% do total do ativo), e diminuiu 13% em relação ao ano anterior. 95% dessa conta se refere à repasses de recursos financeiros via TED. Esses repasses aparecem no Ativo quando da concessão da programação financeira ao órgão descentralizado e somente serão baixados do Ativo no momento da prestação de contas pela descentralizada.

Estoques

A conta de estoques aumentou 54% em relação ao ano de 2020. Essa variação decorre do projeto de cooperação técnica internacional firmado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o CNJ (BRA/18/019), para realização de coleta de informações biométricas para identificação civil das pessoas privadas de liberdade. Dessa forma, para a consecução dos objetivos pretendidos no projeto, o PNUD, organismo internacional cooperante, promoveu a aquisição de kits biométricos que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal. Até dezembro de 2021, foram doados aproximadamente R\$ 1 milhão em materiais.

VPDs Pagas Antecipadamente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Trata-se de pagamentos antecipados cuja apropriação da despesa pelo fato gerador. Aqui, o CNJ emprega recursos para assinatura de jornais, seguro da frota e direitos de uso de software por tempo determinado quando há pagamento de todo direito de uso de forma antecipada. Com o passar do tempo, o uso do serviço contratado vai sendo levado ao resultado e a conta de pagamento antecipado vai sendo reduzida.

O maior impacto que fez com que a conta crescesse 1360% de um ano para outro foi o pagamento pelo direito de uso de subscrição de licenças de uso de softwares Microsoft por R\$ 2 milhões.

Imobilizado

Compreende os bens móveis e imóveis da entidade. Essa conta possui um valor de R\$ 43,9 milhões e apresenta um crescimento em relação ao ano anterior. Esse crescimento se deve não só à modernização do parque tecnológico do CNJ e compatibilização dos equipamentos de áudio e vídeo, mas também, reflete a incorporação no patrimônio dos kits biométricos que foram transferidos ao CNJ para posterior doação aos tribunais regionais e justiça federal conforme projeto de cooperação técnica internacional entre PNUD e o CNJ. Até dezembro de 2021, foram doados quase R\$ 13 milhões em equipamentos.

Intangível



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Assim, apresenta o valor líquido entre as aquisições de softwares e suas correspondentes amortizações. Consta uma diminuição em relação ao ano anterior decorrente da amortização e baixa de softwares com vida útil expirada, totalizando R\$ 8,5 milhões. Houve aumento em 32% em relação ao mesmo período do ano passado. A variação é composta tanto da soma pela aquisição de novas licenças Netbackup no valor de R\$ 4 milhões quanto pela redução oriunda da apropriação das amortizações mensais.

Passivo

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais e outros com vencimento no curto prazo. Teve uma variação expressiva em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação se deve, em especial, à apropriação por competência de parcela do décimo terceiro salário mensalmente.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações junto a fornecedores a curto prazo decorrente de serviços contratados e aquisições. O saldo atual corresponde a valor devido de Restos a Pagar Processados.

Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores. Aqui consta quase a totalidade do passivo circulante. Desse total, cerca de 99% refere-se a transferências financeiras a comprovar via TED, ou seja, transferências recebidas pelo CNJ para prestação de contas ao ente descentralizador do recurso após a devida execução. Quando a prestação de contas, o valor é baixado do passivo.

Patrimônio Líquido

Formada pela conta de Resultados Acumulados, computa, dentre outros cálculos, o superávit ou déficit da ponderação entre Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs). Sendo superavitário quando VPAs são maiores que VPDs e deficitárias quando ocorre o inverso.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

O Resultado Acumulado em 2021 foi deficitário em R\$ 3 milhões.

Esse montante é resultado da ponderação entre o Resultado do Exercício de 2021, que foi superavitário em R\$ 7,6 milhões, ou seja, as VPA's foram maior do que as VPD's em 2021. Some-se a isso, o Ajuste de Exercícios Anteriores, negativo em R\$ 336 mil, que abriga o reconhecimento de Despesas de Exercícios Anteriores e ainda o Resultados de Exercícios Anteriores, ou seja, VPA's e VPD's acumuladas até 2020, que é deficitário em R\$ 11 milhões.

NOTA III – Execução do Orçamento do CNJ



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

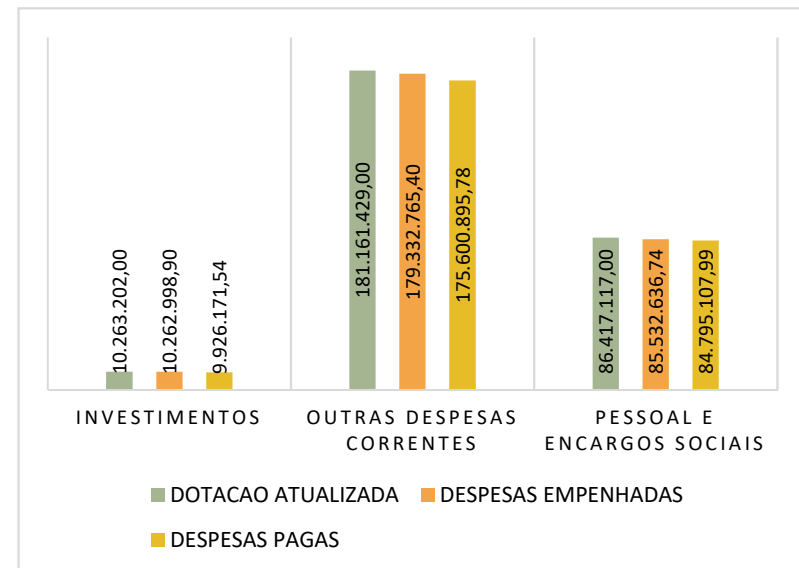
A Dotação Atualizada do Conselho Nacional de Justiça foi R\$ 277,8 milhões em 2021, distribuídos entre três grupos de despesa: R\$ 10,2 milhões (4%) em Investimentos, R\$ 181,2 milhões (65%) em Outras Despesas Correntes e R\$ 86,4 milhões (31%) em Pessoal e Encargos Sociais. A execução desse orçamento se ocorreu da seguinte forma em 2021: Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

O CNJ também executa orçamento de outros órgãos federais via Termo de Execução Descentralizada (TED) para consecução de objetivos em comum. Do valor total empenhado pelo CNJ, R\$ 275,1 milhões, R\$ 348,5 mil são oriundos do orçamento recebido do Fundo de Direitos Difusos.

Investimentos

Segundo a definição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Investimentos são despesas orçamentárias com softwares, com o planejamento e a execução de obras e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente. Durante o exercício de 2021, 97% (R\$ 9,9 milhões) da Dotação Atualizada destinada à despesa de capital foi empenhada e paga. Desse total pago: 45% (R\$ 4,4 milhões) foram investidos em Tecnologia da Informação e 55% (R\$ 5,5 milhões) em Equipamentos e Material Permanente para modernização do CNJ.

Outras Despesas Correntes





Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

São despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa. Os três elementos de despesa mais significativos desse grupo, são:

Outras Despesas Correntes	Valor Pago	Análise Vertical
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	R\$ 100.731.657,59	57%
APOIO ADMINISTRATIVO	R\$ 31.736.911,89	18%
SERVIÇO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 25.942.605,15	15%
DEMAIS DESPESAS	R\$ 16.841.588,84	10%
Total	R\$ 175.252.763,47	100%

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial

Outros Serviços de Terceiros

São despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas não classificadas em outros elementos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis etc.

Apoio Administrativo

São despesas com prestação de serviços por pessoas jurídicas, tais como limpeza, apoio administrativo, vigilância ostensiva, ou seja, serviços para os quais não há previsão no quadro de carreira de servidores do órgão e que, portanto, precisam ser contratados à parte, mas sem que se refira à substituição de servidor.

Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

São despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, não classificadas em outros elementos de despesa, tais como: locação de equipamentos e softwares, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagens de sistemas, comunicação de dados, suporte de infraestrutura de TIC, serviços técnicos profissionais de TIC, serviços relacionados a computação em nuvem, treinamento e capacitação em TIC e outros. A tendência do mercado é que os gastos com softwares migrem do modo de aquisição de licença perpétua, para o modo de subscrição de uso (aluguel).



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Pessoal e Encargos Sociais

São despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a cargos e funções, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza. 83% (R\$ 70,4 milhões) da despesa paga em 2021 se refere a vencimentos e vantagens fixas.

NOTA IV – Restos a Pagar

O total inscrito e reinscrito em Restos a Pagar (RP), em 31/12/2020, para execução no exercício de 2021, foi de aproximadamente R\$ 5 milhões. A execução pode ser visualizada na tabela abaixo:

GRUPO DE DESPESA	RP INSCRITO/ REINSCRITO	RP PAGOS	RP A PAGAR	RP CANCELADOS
INVESTIMENTOS	R\$ 1.051.488,41	R\$ 1.042.009,41	R\$ 8.300,00	R\$ 1.179,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R\$ 3.222.758,42	R\$ 1.820.496,20	R\$ 160.335,54	R\$ 1.241.926,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 718.601,72	R\$ 437.799,43	R\$ 0,00	R\$ 280.802,29
TOTAL	R\$ 4.992.848,55	R\$ 3.300.305,04	R\$ 168.635,54	R\$ 1.523.907,97

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Tesouro Gerencial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Há também o orçamento descentralizado do CNJ para outros Órgãos Federais bem como os recebidos, via TED, e esses créditos também estão sujeitos à inscrição em RP. O montante de orçamento do CNJ inscrito por terceiros em RP foi de R\$ 267 mil, sendo que 81% desse total foi pago e 19% foi cancelado. Do orçamento recebido, têm-se: inscrição em R\$ 316,9 mil, os quais foram completamente executados.

Em 31.12.2021, R\$ 4,9 milhões foram inscritos em Restos a Pagar para execução no exercício de 2022.

NOTA V – Descentralização Orçamentária – Créditos Concedidos e Recebidos via TED

Para realização de atividades de interesse recíproco, são realizadas transferências voluntárias via Termo de Execução Descentralizada – TED. Os TED's viabilizam ao CNJ o cumprimento de sua missão de desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário. Nesse contexto, são duas as possibilidades: ou o CNJ recebe orçamento de outros órgãos federais para execução financeira no CNJ, ou ele concede orçamento para execução em outros órgãos federais, sempre com interesse mútuo em gerar algum produto. Porém, nesta seção, não serão abordados a efetividade das ações, mas sim seus aspectos contábeis.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Créditos concedidos

Na tabela a seguir encontram-se todos os valores concedidos, os órgãos de destino e o status da execução destes valores. Dessa forma, é possível verificar que dos valores firmados até o presente trimestre (referentes aos TEDS que ainda restam a comprovar) 13% (1,5 milhão) aguardam repasse, 86% (9,6 milhões) já foram repassados e aguardam comprovação da utilização dos recursos e menos de 1% (14,6 mil) já está comprovado.

CONVENENTE	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REPASSAR	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A COMPROVAR	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COMPROVADO	TOTAL POR ÓRGÃO
COORDENACAO DE ORCAMENTO FINANCAS CONTABILIDA	26/08/2021	31/12/2021	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
SECRETARIA DE TELECOMUNICAÇÕES - SETEL/MCTI	20/12/2019	19/12/2023	7.700.000,00	0,00	7.700.000,00	0,00	7.700.000,00
FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PÚBLICA	04/05/2020	31/07/2021	1.068.198,13	677.421,87	390.776,26	0,00	1.068.198,13
SECRETARIA DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL	24/11/2021	26/11/2026	300.000,00	299.837,61	162,39	0,00	300.000,00
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	28/05/2019	27/05/2023	32.669,00	12.479,67	5.560,79	14.628,54	32.669,00
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	01/01/2021	31/12/2021	758.362,13	66.586,35	691.775,78	0,00	758.362,13
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	08/08/2020	30/11/2022	726.689,32	415.313,97	311.375,35	0,00	726.689,32



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	15/03/2021	15/03/2022	209.022,00	20.902,20	188.119,80	0,00	209.022,00
TOTAL			11.094.940,58	1.492.541,67	9.587.770,37	14.628,54	11.094.940,58

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaboração própria.

Segue síntese dos créditos concedidos:

Secretaria de Telecomunicações - SETEL/MCTI (R\$ 7,7 milhões): implementação da infovia fase 0 – Projeto Piloto – Interligação de alta velocidade via fibra óptica fluvial das cidades de Macapá (AP), Almeirim (PA), Santarém (PA), Alenquer (PA).

Fundação Escola Nacional de Administração Pública (R\$ 1 milhão): objetiva o desenvolvimento de soluções que concorram para o aprimoramento da gestão de dados e de pessoas que fazem parte dos interesses do CNJ. Por isso, a implementação de ferramenta tecnológica para identificar a ansiedade laboral e o estresse ocupacional.

Supremo Tribunal Federal – STF (R\$ 791 mil): TED´s firmados com o objetivo de manter a parceria entre o CNJ e o STF na contratação de serviços, aquisição de materiais de consumo, entre outras despesas que mantém estes órgãos e possibilitam o alcance de suas respectivas missões.

Créditos recebidos



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Ao final do 4º trimestre de 2021, os valores advindos de outros órgãos (de TED's vigentes e/ou a comprovar) somam R\$ 145,5 milhões, sendo que apenas 0,3% (R\$ 465 mil) deste valor consta a receber e mais de 99% (R\$ 145 milhões) já foram repassados e restam a comprovar. Os valores e os status destes créditos podem ser visualizados individualmente na tabela a seguir:

ÓRGÃO DETENTOR DO ORÇAMENTO	INÍCIO DA VIGÊNCIA	FIM DA VIGÊNCIA	VALORES FIRMADOS	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A RECEBER	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A COMPROVAR	TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA COMPROVADO	TOTAL POR ÓRGÃO
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	23/10/2018	23/04/2023	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00	0,00	20.000.000,00
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	09/11/2018	09/05/2023	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00
DEPEN/DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS	20/12/2018	19/06/2021	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00	0,00	35.000.000,00
FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS	04/07/2019	20/12/2021	4.683.980,86	317.542,24	4.366.438,62	0,00	4.683.980,86
CONSELHO DA JUSTICA FEDERAL	02/12/2020	01/10/2023	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00	0,00	50.000.000,00
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	23/12/2020	31/12/2022	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	27/08/2018	27/08/2023	100.000,00	42.592,71	57.407,29	0,00	100.000,00



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	02/07/2018	01/03/2020	24.700,93	7.082,87	17.618,06	0,00	24.700,93
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	30/09/2019	30/09/2024	100.000,00	97.960,78	2.039,22	0,00	100.000,00
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	18/12/2020	31/12/2022	300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
TOTAL			145.508.681,79	465.178,60	145.043.503,19	0,00	145.508.681,79

Fonte: Tesouro Gerencial. Elaboração própria.

Segue síntese dos créditos concedidos:

Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (R\$ 90 milhões): trata-se de participação em diversos projetos, sendo 35 milhões para o Projeto Penas Inteligentes - Aperfeiçoamento, interoperabilidade e disseminação nacional do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU; 35 milhões para promoção da documentação civil das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, incluindo a execução do cadastramento da identificação biométrica; e 20 milhões destinados à redução da superlotação e superpopulação carcerária brasileira.

Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD - do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (R\$ 4,7 milhões): coordenação do Projeto “Justiça Começa na Infância - fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano integral”.

Conselho da Justiça Federal (R\$ 50 milhões): tem por objetivo a execução de ações voltadas à inovação, transformação digital e efetividade na realização da justiça para todos.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

DIRETORIA-GERAL

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

SEÇÃO DE CONTABILIDADE

Tribunal Superior do Trabalho (R\$ 300 mil) e Superior Tribunal de Justiça (R\$ 300 mil): organização técnica, operacional e logística da reunião anual da rede global de integridade judicial, realizada em Brasília.

Elaboração Luiza Mendes de Campos Priscila Karla da Silva Wink Rodrigo Miguel Sousa	Revisão Priscila Karla da Silva Wink Contadora do Conselho Nacional de Justiça CRC nº PE-023202/O Seção de Contabilidade – Secretaria de Orçamento e Finanças (61) 2326-5136/5128/5141
---	--